

Jornal O Povo – 19/08/2007

ACENDE BRASIL

Instituto alerta para falta de investimentos no setor

Embora aponte déficit de energia no País e risco de apagão em 2011, o **Instituto Acende Brasil** ressalta que ainda não é hora de alarme, mas é preciso estar alerta. Medidas como a conclusão de obras de usinas em andamento, aceleração de liberação de licenças ambientais e o investimento em fontes alternativas de energia são caminhos que podem afastar a ameaça de racionamento

O Programa Energia Transparente, do **Instituto Acende Brasil**, aponta que existe um déficit de 1.500 MW médios no País para os próximos cinco anos. Chegou-se a esse número considerando que durante o período as atuais hidrelétricas em operação no País funcionarão dentro da normalidade e que entrará no sistema toda a energia prevista até 2011, seja via leilões, seja via usinas cujas obras estão em andamento.

Também foi considerada na conta a energia que deve ser gerada pelas termelétricas contempladas no termo de compromisso assinado pela Petrobras com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para fornecimento de gás até 2011. "O próprio ONS fez esse cálculo e chegou ao número de 1.400MW, muito próximo do nosso. É preciso, portanto, fazer alguma coisa entre agora e 2011 para colocar o que está faltando e garantir que sejam concluídas as obras em curso. Além disso, é necessário garantir que o termo de compromisso entre a Petrobras e a Aneel seja integralmente cumprido", observa **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**.

Mas um dos sinais de que as coisas podem não sair como planejado é que já houve falha recentemente por parte da Petrobras no atendimento ao termo de compromisso. Em nota, a estatal alega que vai recorrer à Justiça contra a multa aplicada pela Aneel, pois o termo prevê "adequação do cronograma de oferta de energia a fatos que comprovadamente escapem ao controle da Petrobras", o que seria o caso segundo a empresa.

Claudio ressalta que o estudo deve ser entendido como um sinal de alerta grave, mas não um alarme, uma vez que ainda há tempo de que sejam implementadas medidas que possam corrigir o problema. Além do que já foi citado, ele defende também a eliminação de obstáculos que estão impedindo o andamento dos projetos de usinas. "São problemas de toda ordem, desde dificuldades na obtenção de licenças ambientais até iniciativas judiciais", exemplifica.

Outra medida importante, na sua opinião, é a realização de mais um leilão de energia de fontes alternativas. "Deveria abrir espaço principalmente para as usinas de biomassa, forma de geração de energia muito mais eficiente do que as usinas emergenciais, que são as únicas que estão oferecendo energia nos leilões e geralmente utilizam motores que rodam com óleo diesel ou óleo combustível", explica.

Ele defende ainda a contratação de reserva de energia, mas sem cobrar o prejuízo do bolso do consumidor comum. Isso porque, segundo ele, esses 1500MW médios de energia que estão faltando no País não são demanda das distribuidoras, mas dos consumidores livres. São consumidores - geralmente indústrias - que optaram por adquirir energia diretamente de um comercializador ou produtor, sem passar pela distribuidora. "O que os estudos mostram é que pelo menos 10% desses consumidores vão estar descontratados nesse período de cinco anos e não vão ter de quem contratar, o que não acontece com quem é cliente da distribuidora. Quando falta energia, falta pra todo mundo, mas quem está descontratado é que causou esse problema. Eles é que têm que pagar essa conta", diz. (Adriana Albuquerque